

REVISTA **NACIONAL** DE SAÚDE

VOLUME 04 · Nº 15 2020

Fórum Social das Resistências

CNS participou do evento, realizado em Porto Alegre, contra a perda dos direitos sociais, onde realizou atividades abertas ao público.



Cacique Raoni Metuktire

Liderança Indígena ganha homenagem com comenda
Zilda Arns pág. 08

EaD em Saúde

CNS pede posicionamento do Ministério da Saúde pág. 10

Eu Não Sou Despesa

Criamos uma campanha contra discriminação às pessoas com HIV/Aids pág. 24

Editorial

Expediente

Presidente do Conselho Nacional de Saúde: Fernando Pigatto

Secretaria Executiva do CNS

Ana Carolina Dantas Souza - Secretária Executiva

Marco Aurélio Pereira- Secretário Executivo Substituto

Mesa diretora: André Luiz, Elaine Junger Pelaez, Fernando Pigatto, Jurandir Frutuoso, Moysés Toniolo, Neilton Araújo, Priscilla Viegas, Vanja Andréia Assessoria de Comunicação CNS

Jornalista responsável: Laura Fernandes - Registro Profissional 4583/1455/ DF

Edição: Danilo Castro e Andréia Marques

Textos: Danilo Castro, Viviane Claudino e Marcos Paulo Lima

Fotos: Willian Barreto e Lucas dos Anjos

Diagramação: João Pedro de Freitas e Felipe Diniz

Conselho Nacional de Saúde - "Efetivando o Controle Social".

Esplanada dos Ministérios, Bloco "G" - Edifício Anexo, Ala B, 1º andar - Sala 103B - 70058-900 - Brasília, DF



Conselho Nacional de Saúde - "Efetivando o Controle Social".
Esplanada dos Ministérios, Bloco "G" - Edifício Anexo, Ala B, 1º andar - Sala 103B - 70058-900 - Brasília, DF

O Fórum Social das Resistências reúne milhares de pessoas de diversas partes do mundo e é um evento de luta contra a perda dos direitos sociais. O tema da edição deste ano, ocorrida em janeiro foi "Democracia, Direitos dos Povos e do Planeta" e foi realizado no município de Porto Alegre, e o CNS esteve presente.

Foram três dias de debates e atividades entre elas, a nossa 325ª Reunião Ordinária, a Assembleia de Convergência e a Marcha da Resistência, essa última, contra os ataques graves que o Sistema Único de Saúde vem sofrendo nos últimos anos.

O Conselho Nacional de Saúde também participou da 7ª Marcha Estadual Pela Vida e Pela Diversidade Religiosa do Rio Grande do Sul,

que marcou a abertura do Fórum e é um assunto que não pode deixar de ser debatido nos tempos atuais, pois, segundo dados do Disque 100, somente em 2018, foram mais de 500 ataques a espaços de culto da umbanda e do candomblé.

Sabemos que a democracia e os direitos humanos estão sendo violados, e não podemos deixar de fazer a nossa parte para impedir o agravamento. A democracia e a saúde precisam caminhar juntas e os eventos (confira nesta edição o calendário de lutas para o ano de 2020) realizados por estados e municípios são cruciais para que continuemos ampliando nosso discurso e luta.

Boa leitura!



Fernando Pigatto
Presidente do CNS

Su má rio

- 06** **Marcha contra a intolerância religiosa**
CNS participou da 12ª Marcha Estadual Pela Vida e Pela Diversidade Religiosa
- 08** **O Brasil resiste**
Especialistas e população se reuniram durante o Fórum Social das Resistências para debater alternativas para o controle social
- 10** **Cacique Raoni**
Liderança Indígena foi homenageada pelo CNS durante evento realizado em Porto Alegre
- 12** **Projeto de Formação**
2ª edição do Curso de Formação do Controle Social terá 84 oficinas em todo o Brasil
- 14** **Jornada de Lutas**
Confira o calendário de ações para 2020
- 16** **EaD em Saúde**
CNS é contra graduação à distância em Saúde e pede posicionamento do Ministério da Saúde

- 18** **Abstinência Sexual**
CNS recomenda que governo cancele campanha lançada em fevereiro
- 20** **Eu Não Sou Despesa**
Confira nossa campanha contra a discriminação de pessoas que vivem com HIV/Aids

Diversidade religiosa:

Marcha de abertura do Fórum das Resistências

O Brasil é, constitucionalmente, um país laico. Ou seja, a liberdade de culto deve ser garantida a todas as pessoas em território nacional. Porém, o avanço do fundamentalismo e do racismo religioso tem feito o número de ataques às religiões de matriz africana ampliar de 2016 até aqui. Por isso, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) participou, no dia 21/01, da 12ª Marcha Estadual Pela Vida e Pela Diversidade Religiosa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

O evento também marcou a abertura do Fórum Social das Resistências 2020, que reúne ativistas de várias partes do mundo contra a perda de direitos sociais. Em 2018, com dados do Disque 100, foram mais de 500 ataques a espaços de culto da umbanda e do candomblé. De acordo com Fernando Pigatto, presidente do CNS, é preciso que a Saúde seja compreendida de forma

ampla, onde a liberdade de expressão e de culto fazem parte da qualidade de vida.

“A presença do CNS aqui demonstra o caráter diverso do controle social brasileiro nesse momento da história. A democracia, os direitos dos povos de matriz africana e os direitos humanos estão sendo violados. Democracia e Saúde precisam caminhar juntas”. Segundo ele, “estão construindo um cenário onde, intencionalmente, a saúde pública está sendo entregue à saúde privada”, criticou.

Kafelê Medusa, representante do Fórum dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, denuncia que os ataques estão aumentando a ponto de ocasionarem, inclusive, assassinatos. “Essa marcha acontece no Brasil inteiro. É nosso direito constitucional. Somos seqüestrados da África e mantemos nossa tradição no Brasil. A perseguição aumentou

muito de 2016 pra cá”. Ele também relata a dificuldade do registro das denúncias, pois muitas delegacias pessoalizam os ataques sem registrar o crime de intolerância. “Estão recrutando muitos policiais com o fundamentalismo religioso”, disse.

Para Itamar Santos, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (CES/RS), é preciso mobilização popular para a defesa da diversidade religiosa e de todos os direitos sociais. “A conjuntura mundial mudou drasticamente nos últimos anos. Há uma ascensão evidente do fascismo e do neofascismo, que oprime as religiões de matriz africana, indígena e outras. O Fórum, depois da realização da primeira edição, há 20 anos, mostra que, para termos o poder popular novamente, precisamos nos organizar”.



O Brasil resiste

Com união e transversalidade, população discute alternativas para retomada de direitos



Milhares de pessoas se reuniram em Porto Alegre (RS) para o Fórum Social das Resistências 2020. No dia 22/01, especialistas debateram alternativas para impedir o retrocesso e pela retomada de direitos sociais. A transversalidade e a construção de uma pauta unitária foram apontadas para fortalecer este movimento de resistência. O assunto foi tema da assembleia sobre Trabalho e Seguridade Social (Assistência, Previdência e Saúde), em Porto Alegre (RS).

O evento abordou as perdas ocasionadas pelas reformas trabalhista e da previdência, com grave impacto na vida e na saúde dos brasileiros. “Quando falamos dessas reformas, estamos falando diretamente da saúde das pessoas. Por isso, precisamos contextualizar a seguridade social e fortalecer a unidade em torno da defesa dos espaços de Controle Social”, avalia o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Fernando Pigatto.

Para a juíza Valdete Souto Severo, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região, ao resgatar as conquistas garantidas em Constituição Federal em 1988, é fundamental perceber que “pouco conseguimos manter a partir do golpe que sofremos desde 2016”. Além das reformas recentes, a magistrada destacou que tem se instituído uma agenda de desmanche de direitos conquistados. Entre as medidas, ela cita a Lei nº 13.467, que altera a Consolidação das Leis do

Trabalho e asfixia os sindicatos, a Lei nº 3.429, que incentiva a terceirização, a Medida Provisória nº 881 (MP da Liberdade Econômica), que estabelece a garantia de livres mercados, com princípios contrários à Constituição, e a Medida Provisória nº 905, que altera a legislação trabalhista e retira mais direitos sociais.

“Nós precisamos dar conta da nossa responsabilidade e mudar a forma de fazer movimento de resistência, porque se continuarmos apostando na constitucionalidade não vamos conseguir virar o jogo. Chegamos no momento em que temos de nos dar conta que esse modelo de organização social que temos não serve mais”, avalia a juíza, sugerindo que o Estado muitas vezes não tem cumprido seu papel constitucional.

A professora doutora, especialista em Serviço Social, Berenice Rojas Couto, destacou a desigualdade social e a grande concentração de riqueza no Brasil. “Deveríamos ter o melhor sistema de Previdência Social, se olharmos para todas as riquezas que nós temos, mas não é o que acontece. Ou a gente converge nessa discussão, ou continuaremos disputando migalhas da riqueza que o país produz. Nós não vamos nos submeter às formas que estão sendo colocadas”, afirma.

Dados

Segundo publicação da Revista Forbes, em 2019, 206 bilionários brasileiros aumentaram suas fortu-

nas em R\$ 230 bilhões, nos últimos doze meses. Em 2012, o número de bilionários no país era 74. “É óbvio que não vai ter dinheiro para direitos”, afirma o mestre em Filosofia e integrante do Centro de Educação Assessoramento Popular (Ceap), Valdeir Both. “Olhando para essa conjuntura, os dados mostram que efetivamente o pacto do século 20 está indo pelos ares e traduz a ruptura a partir da lógica de um namoro com a racionalidade fascista. Precisamos voltar a conversar sobre projeto de país”, completa.

“A previdência veio nessa narrativa de combater os privilégios, mas no regime geral os prejudicados foram aqueles que ganham até R\$ 2 mil. Ou seja, quem são os privilegiados?”, questiona a advogada especialista em Direito da Seguridade Social, Marilinda Marques Fernandes, ao apontar a necessidade de revogarmos as reformas. “Em Portugal, até 2015 aplicaram esse receituário miserável que estão aplicando aqui e depois das eleições eles conseguiram revogar as reformas e ainda aumentar os benefícios da previdência”, sugeriu.

O plenário da assembleia de convergência apreciou o documento pela defesa dos direitos e da democracia, que será apresentado na Assembleia dos Povos, na sexta-feira (24/01), a partir das 14h.

Cacique Raoni Metuktire é homenageado

A liderança indígena, fundamental para os Direitos Humanos e para a Saúde pública no Brasil, foi homenageada pelo CNS com a Comenda Zilda Arns

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) homenageou com a Comenda Zilda Arns, o Cacique Raoni Metuktire, liderança histórica dos povos indígenas no Brasil. A entrega simbólica ocorreu durante a 325ª Reunião Ordinária (RO) do CNS, em Porto Alegre (RS), durante o Fórum Social das Resistências 2020.

Fernando Pigatto, presidente do CNS, explicou o porquê da homenagem. “Isso ocorre em honra de sua fundamental contribuição para defesa dos Direitos Humanos e do Sistema Único de Saúde (SUS). Não existe vida, nem Saúde, sem meio ambiente preservado. E os povos indígenas são fundamentais nessa luta”, disse.

A conselheira nacional de saúde Vânia Leite, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e membro da Comissão Intersectorial de Saúde Indígena (Cisi) do CNS, explicou a relação de Zilda Arns com a pauta indígena no Brasil. “A luta da Zilda Arns não foi fácil. Ela lutou dia a dia de forma destemida para

garantir o direito dos povos indígenas. Nessa tarefa, ela esteve ao lado de Raoni. Nada mais justo que entregar ao Raoni a comenda que leva seu nome. Raoni, por sua luta, é um ícone do meio ambiente, da proteção da Amazônia”, afirmou.

Rildo Mendes, conselheiro nacional de saúde representante da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpin-Sul), lembrou que Raoni foi indicado ao prêmio Nobel da Paz “por ter circulado o mundo em defesa das florestas, denunciando o que está acontecendo com a Amazônia e o que está ocorrendo com as políticas indígenas no país”.

Raoni, em Kayapó (seu idioma e etnia), por meio de um vídeo enviado à Assessoria de Comunicação do CNS, afirmou: “Quero dizer a todos vocês que estou muito feliz e muito grato com essa homenagem. A todos vocês, meu muito obrigado”. A liderança confirmou presença para a homenagem, porém, devido a outro compromisso, não pôde comparecer à reunião ordinária do CNS na capital gaúcha.

Comenda Zilda Arns

A Comenda Zilda Arns é uma honraria concedida pelo CNS às personalidades que destinaram fundamental contribuição para a defesa do direito humano à Saúde e do SUS. Recebem a homenagem aqueles e aquelas que desenvolveram notórias ações que geraram qualidade de vida às pessoas a partir da conquista de direitos. Médica pediatra e sanitária, Zilda Arns (1934-2010) fundou a Pastoral da Criança e a Pastoral da Pessoa Idosa e foi conselheira nacional de saúde por sucessivos mandatos.

CONTROLE SOCIAL

2ª EDIÇÃO DE PROJETO DE FORMAÇÃO COMEÇA EM SC



O estado de Santa Catarina é o primeiro a receber a 2ª edição do Projeto de Formação para o Controle Social no SUS. As turmas se iniciaram em Chapecó, de 26 a 28 de fevereiro, e seguem em Florianópolis, de 17 a 19 de março e em Blumenau, de 28 a 30 de abril. A ação é organizada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e coordenada pelo Centro de Educação e Assessoramento Popular (Ceap).

Até julho de 2020 serão oferecidas 84 oficinas de formação em todos os estados brasileiros. O objetivo é qualificar e capacitar conselheiros e conselheiras de saúde, além de outras lideranças sociais que atuam na luta pelo Direito

Humano à Saúde. A ideia é tornar os participantes sujeitos sociais capazes de deliberar sobre as políticas, conhecendo a legislação e o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), e desenvolvendo também o intercâmbio de experiências sobre o controle social.

Essa é mais uma ação da Comissão de Educação Permanente para o Controle Social do SUS (CIEPCSS) do CNS. Em 2018, a primeira edição do projeto alcançou 4 mil pessoas, com a realização de 70 turmas em todos os estados brasileiros. Para conhecer a programação completa em 2020, acesse o site: <https://bit.ly/2P3PWX7>.



Inscrições

Os interessados em participar das oficinas em Santa Catarina devem fazer a pré-inscrição online até o dia 28 de março. Para cada turma, serão disponibilizadas 30 vagas, sendo 20 vagas para conselheiros de saúde e 10 vagas para representantes de

movimentos sociais.

A seleção dos participantes será feita pelas Comissões de Educação Permanente dos Conselhos Estaduais de Saúde de cada estado participante e por movimentos sociais. Entre os critérios de seleção, as comissões farão a escolha dos par-

ticipantes conforme a proximidade geográfica das oficinas. Os selecionados serão informados por e-mail e SMS e deverão confirmar a sua participação.



Jornada de Lutas é definida

Calendário de ações para 2020 foi definido em atividade realizada em Porto Alegre

Em um momento decisivo para a Saúde e para a garantia dos direitos sociais, a luta em defesa da Saúde pública e contra o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das principais pautas programação do Fórum Social das Resistências 2020, realizado em Porto Alegre. O Conselho Nacional de Saúde (CNS) junto a diversas entidades promoveu a Plenária Nacional de Saúde. O movimento é um dos desdobramentos da 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8).

Com auditório lotado, os participantes dialogaram sobre as principais demandas da Saúde e deliberaram sobre o calendário de ações da Jornada de Lutas para 2020. Apoiadas pelo CNS, as ações começaram a ser realizadas no se-

gundo semestre de 2019, aprovadas na 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), que ocorreu de 4 a 7 de agosto, em Brasília.

De acordo com Fernando Pigatto, presidente do CNS, o objetivo da Jornada é fortalecer as demandas da população brasileira para a melhoria do SUS. “A grande participação aqui reforça o fato de a Saúde ser a maior preocupação do povo brasileiro. Temos um saldo muito positivo, não apenas de mobilização, mas de organização para um ano de muitos desafios que teremos na luta para garantir a Saúde como direito”.

Entre as principais pautas, os debatedores destacaram a luta pela revogação imediata da Emenda Constitucional 95/2016 – que congelou recursos em políticas sociais

por 20 anos -, a privatização da Saúde, as mudanças no financiamento da Atenção Primária sem aval do controle social e as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental (PNSM), que vão contra os princípios da Reforma Psiquiátria.

“Diante desse cenário, há uma tarefa grandiosa para nós, lutadores da Saúde pública. Uma tarefa para a qual precisamos reunir forças políticas, sindicais, entidades, movimentos sociais para garantirmos a pluralidade das ideias aqui colocadas, com a direção política da defesa e do fortalecimento da Saúde”, disse a conselheira nacional de saúde, representante licenciada do Conselho Federal de Assistência Social (CFESS), Elaine Pelaez.

Políticas fragilizadas em várias áreas

Vitória Davi, conselheira nacional de saúde representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), relacionou os erros do Ministério da Educação (MEC) na publicação das notas do último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com o desmonte do SUS.

“A UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) estão atuando para garantir que os jovens que tiveram suas notas prejudicadas no Enem consigam a correção. Fazem agora com o Enem o que estão fazendo com o SUS há muito tempo”, criticou. Segundo ela, os gestores públicos cada vez mais estão “descredibilizando o SUS e agora tentam descredibilizar uma prova tão importante para milhões de jovens brasileiros”.

Semana da Saúde e Eleições 2020

Entre as principais atividades para 2020, ficou definida que a Semana Nacional de Saúde será realizada de 2 a 7 de abril, com diversas ações conjuntas nos territórios, unindo conselhos municipais, estaduais e entidades. Também ficou definida, por se tratar de um ano eleitoral, a busca pelo diálogo com futuros(as) gestores(as) comprometidos(as) com a Saúde como direito humano.

“É um momento decisivo importante para a luta do povo e precisamos trazer as nossas reflexões e criar um movimento em torno dessas ações”, destacou o ex-presidente do CNS, representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), Ronald dos Santos.

Apresentação de resultados

De acordo com o relatório do CNS, em 2018, o foco da Semana Nacional de Saúde foi a luta contra o congelamento dos investimentos públicos em Saúde, que culminou num grande ato para entrega de um abaixo-assinado no Supremo Tribunal Federal (STF), em abril.

Já em 2019, ano da 16ª Conferência, o foco foi a potencialização, na Semana da Saúde, da realização das Conferências Municipais de Saúde. Participaram da Plenária Nacional da Saúde conselheiros e conselheiras nacionais, estaduais e municipais de saúde, lideranças, representantes de entidades, frentes e partidos políticos.

CNS pede posicionamento do MS

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), durante sua 325ª Reunião Ordinária, recomendou ao Ministério da Saúde e outros órgãos, que se posicionem quanto aos cursos de graduação na área da Saúde, na modalidade Educação à Distância (EaD). Para o CNS, graduação em Saúde deve ser somente presencial.

Dentre os documentos e legislações vigentes, a recomendação leva em consideração a Resolução CNS nº 515/2016, na qual o CNS posiciona-se contrário à autorização de qualquer curso de graduação EaD na área da Saúde.

A justificativa são os “prejuízos que tais cursos podem oferecer à qualidade da formação de seus profissionais, bem como pelos riscos que estes profissionais possam causar à sociedade, imediato, a médio e a longo prazos, refletindo uma formação inadequada e sem integração ensino/serviço/comunidade”, conforme indica o texto.

A recomendação também considera o Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. O decreto dá ao CNS a prerrogativa

de avaliar e emitir parecer opinativo sobre os atos regulatórios de autorização e reconhecimento de cursos de graduação de enfermagem, odontologia, medicina e psicologia.

Aumento da carga horária à distância em cursos presenciais

Uma das principais críticas feitas na recomendação refere-se à Portaria nº 2.117/2019, do MEC, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade EaD em cursos presenciais. Ou seja, instituições que oferecem graduação presencial agora podem ampliar sua carga horária à distância para até 40% do total do curso, com exceção dos cursos de Medicina. Antes disso, a Portaria nº 1.428/2018, também do MEC, definia o máximo de apenas 20% à distância para cursos presenciais, excluindo cursos da Saúde e Engenharias.

Órgãos envolvidos

Ministério da Saúde – A recomendação demanda que o atual ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, posicione-se oficialmente quanto ao uso da modalidade

EaD nos cursos de graduação da área da Saúde.

Ministério da Educação – O texto também demanda que o atual ministro da Educação, Abraham Weintraub, considere os argumentos e dispositivos constitucionais e legais dispostos na recomendação e revogue a Portaria nº 2.117/2019.

Ministério Público Federal – Que a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos proceda aos atos de sua competência junto ao MEC, recomendando a revogação da Portaria nº 2.117/2019, tendo em vista os riscos que ela representa aos processos de formação na área da Saúde.

Entidades do CNS e Conselhos de Saúde – Que se articulem politicamente, junto às suas bases eleitorais nacionais, estaduais e municipais, em apoio ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) protocolado no Senado Federal, que propõe sustar a Portaria nº 2.117/2019

Leia a recomendação do CNS na íntegra:

<https://bit.ly/3bHBEoJ>



CNS recomenda que governo cancele campanha de abstinência sexual

Informação em saúde sexual e reprodutiva, aconselhamento e provisão de métodos contraceptivos são as melhores maneiras de prevenir a gravidez não planejada

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou recomendação para que o Ministério da Saúde e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH) cancelem a campanha de abstinência sexual, lançada no início de fevereiro como política pública de prevenção à gravidez precoce. O documento considera a falta de evidências científicas que comprovem a eficácia do programa como método contraceptivo.

Para os conselheiros nacionais de saúde, programas com orientações sobre saúde sexual e reprodutiva – como o desenvolvimento do corpo na adolescente, prevenção de abuso sexual, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, planejamento familiar e vantagens de não engravidar na adolescência – demonstram maior êxito na prevenção à gravidez precoce.

Dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc), do Ministério da Saúde, entre 2004 e 2015, apontam que a gravidez na adolescência registrou queda de 17% no Brasil. Em 2017, quando esses dados foram divulgados, o Ministério da Saúde atribuiu a queda a diferentes fatores, entre eles ao Programa Saúde da Família, que aproxima adolescentes de profissionais da área da saúde, dando mais acesso a métodos contraceptivos, e ao Programa Saúde na Escola, que oferece informação de educação em saúde.

Para o CNS, os investimentos públicos para cuidado integral de crianças e adolescentes, visando a prevenção da gravidez não planejada, devem ser voltados para campanhas de informação em educação em saúde sexual e reprodutiva, aconselhamento e provisão de métodos contraceptivos.

Violência contra a mulher

A recomendação foi aprovada durante a 325ª Reunião Ordinária do CNS, realizada em Porto Alegre no dia 24 de janeiro. Na ocasião, especialistas também debateram formas para combater a violência contra as mulheres e apresentaram boas práticas para o enfrentamento deste problema.

Pesquisa da plataforma EVA (Evidências sobre Violências e Alternativas para Mulheres e Meninas), do Instituto Igarapé, aponta que mais de 1,2 milhão de mulheres sofreram violência no Brasil, entre 2010 e 2017, sendo que em 90% dos casos o agressor é uma pessoa próxi-

ma da vítima.

No entanto, o Governo Federal sinalizou que não pretende reforçar o orçamento para políticas de combate à violência contra a mulher, segundo reportagem veiculada no jornal Estadão. “O que vemos é um desinvestimento na área da Saúde da mulher, onde estão inseridos os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. Muitas vezes o SUS é a primeira porta de atendimento a essas mulheres, antes mesmo que a delegacia”, afirma a conselheira nacional de saúde Vanja dos Santos, que representa a União Brasileira de Mulheres (UBM) no CNS.



EU NÃO SOU DESPESA

CNS cria campanha contra discriminação às pessoas que vivem com HIV/Aids



Representantes do Movimento de Luta Contra a Aids no Brasil repudiam declarações que associam tratamento à despesa para o país. A campanha #EuNãoSouDespesa, promovida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), reúne depoimentos de ativistas, estudantes, aposentados(as), jornalistas, assistentes sociais, advogados(as), médicos(as), atores e diversos outros cidadãos e cidadãs que defendem o Sistema Único de Saúde (SUS), contra o estigma, o preconceito e a discriminação.

“Ninguém é despesa. Nós pagamos impostos e esse dinheiro é revertido para a Saúde. Há várias décadas lutamos contra os estigmas, preconceitos e discriminação e não aceitamos mais rótulos”. Heliana Moura, assistente social da Rede Mulheres Vivendo com HIV/Aids.

“Somos todos pagantes de impostos caros. Somos contribuintes e não somos tratados de maneira digna pelo governo. Precisamos do

SUS a todo vapor, porque pessoas são salvas por esse sistema. Estamos falando de vidas. Vamos repensar o que é despesa”. Alexandre Telles, defensor do SUS.

“Sou brasileiro como todos os outros e nada que recebo do Estado recebo de graça. Tudo é pago pelos impostos que recolho todos os dias em qualquer coisa que compro neste país”. Carlos Alberto Duarte, representante do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa/RS).

“É meu direito e seu dever me respeitar”. Elsom Santana, representante da Rede Jovem Rio.

“Nosso tratamento de HIV/Aids no Brasil é referência mundial e não pode acabar. Muitas pessoas como eu, que vivem com HIV/Aids, têm uma vida normal e não geram despesas. Eu trabalho, pago meus impostos, gero trabalho e ajudo o outro. Vamos dizer não ao preconceito e à discriminação”. Lysmaria Pinheiro, representante da Associação Brasileira de Redução de Danos

(Aborda) e da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos (ANS-DH).

“Eu não sou despesa. Eu sou receita. Sou receita humana, social, física, política, econômica. Eu produzo, eu faço a diferença. Esse planeta é meu, essa sociedade é minha, como é sua e como é de todos”. Marco Aurélio Tavares Bastos, jornalista e conselheiro gestor do Centro de Treinamento e Referência DST/Aids – SP.

Publique seu apoio nas suas redes sociais com a hashtag #EuNãoSouDespesa. Não precisa ter HIV/Aids para lutar contra o estigma, a discriminação e o preconceito. Basta ser defensor(a) do Sistema Único de Saúde (SUS)

Confira a playlist de vídeos

<https://bit.ly/2uUnEY7>



EU NÃO SOU DESPESA

Moisés Toniolo

Conselheiro nacional de saúde, representante da
Articulação Nacional de Luta Contra a Aids (Anaiids)

